cpfl brasil
Uma empresa do Grupo CPFL Energia

www.cpfl.com.br

CPFL Comercialização Brasil S.A.

CNPJ nº 04.973.790/0001-42

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.
Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2016, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2017 foi marcado pela migração de clientes para o mercado livre, fato este que contribuiu positivamente para o resultado da Companhia e para o aumento de sua carteira de clientes. Com atuação em todo o território brasileiro, as vendas de energia, que compreendem o suprimento a clientes livres e contratos bilaterais, atingiram 20.066 GWh. Com base em seu histórico de sucesso e no compromisso com a satisfação plena das exigências de seus clientes, a expectativa é de que a Companhia mantenha-se em posição de destaque no mercado de comercialização de energia.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente macroeconômico: 2017 foi marcado por um ambiente externo favorável, com influência benigna para as economias emergentes, contribuindo para a melhora das expectativas em nosso ambiente interno. Entre os principais destaques, pontuamos o bom desempenho da economia norte-americana, que anotou resultados positivos em seus principais indicadores de atividade, com crescimento do PIB de 2,3%[1] em 2017. O desempenho mais pujante da zona do euro e da economia chinesa - com crescimento do PIB em 2017 de 2,5%[2] e 6,9%[2], respectivamente, sustentam as perspectivas de que a economia mundial seguirá em crescimento - com impactos positivos para o cenário doméstico. Segundo o FMI, a economia global deverá crescer 3,8%[2] no biênio 2018-2019. Após dois anos de recessão e sensível piora dos principais indicadores econômicos, 2017 se consolida como início do processo de retomada da atividade interna. Puxada pelo bom desempenho da indústria extrativa, cadeia automobilística e do setor de produtos eletrônicos e informática, a produção industrial cresceu 2,5%[3] em 2017, superando as estimativas do início do ano. São também destaques a redução do nível dos estoques excessivos e gradual melhora do ambiente de negócios, verificada pela retomada da confiança dos empresários ao patamar pré-crise. A expectativa do mercado é que a produção industrial cresça aproximadamente 4,0%[3] em 2018, recompondo parte das perdas acumuladas ao longo da recessão. Junto do processo de retomada da atividade fabril, assistiu-se, em 2017, a recomposição do mercado de trabalho e do consumo interno. Ainda que com contribuição da informalidade, a ocupação cresceu de maneira expressiva ao longo de 2017 (2,1% no ano), acompanhada de ganhos reais da renda - cuja expansão em 2017 foi de 3,2%[4]. O alívio dos preços, melhores leituras da taxa de desemprego (desocupação: 11,8% em dezembro/17[5]), fatores não recorrentes de estímulo à atividade - como o saque das contas inativas do FGTS, que injetou R$ 44 milhões no mercado doméstico - contribuíram de forma bastante positiva para a retomada das condições de consumo, agregado fundamental para o crescimento da economia brasileira. O choque positivo da oferta de alimentos é outro elemento positivo a se destacar, uma vez que garantiu a queda expressiva dos principais índices de preços. Em 2017, IPCA e IGP-M fecharam em 2,9%[5] e -0,5%[6], respectivamente, abaixo do piso das metas inflacionárias. Para 2018, a expectativa do mercado é que ambos índices fiquem no centro da meta, com projeções de 3,7% e 4,2%, respectivamente[3]. À luz do baixíssimo nível inflacionário, o Banco Central definiu uma política monetária claramente expansionista, promovendo sucessivos ajustes na taxa de juros ao longo do ano. A Selic encerra 2017 em 7,0%[7] ao ano. Na reunião de Fevereiro/2018, o Copom aprovou um corte adicional, levando a taxa para 6,75%. Vale ressaltar que a mediana do mercado aponta como provável um corte adicional de 25 pontos-base na próxima reunião (21/março), levando os juros para 6,5% em 2018 - patamar historicamente baixo - numa clara posição da autoridade monetária em relação ao estímulo da economia. Por último, vale destacar que seguem alguns desafios estruturais para os próximos anos, tais como o nível de ociosidade a ser ocupado na indústria, a necessidade de estimular investimentos produtivos e o avanço das reformas que garantam uma trajetória sustentável das contas públicas. A disputa eleitoral em 2018 coloca algumas dessas questões em compasso de espera - por exemplo, a agenda de discussões acerca das reformas estruturais -, além de conferir volatilidade às projeções econômicas. Em síntese, após a divulgação do PIB de 2017 - cuja expansão de 1,0% está em linha com as expectativas dos principais agentes de mercado - o crescimento previsto para 2018 é de 2,9%[3], de acordo com o Boletim Focus.

[1] Fonte: BEA.
[2] Fonte: FMI.
[3] Fonte: Boletim Focus (02/03/18).
[4] Fonte: LCA Consultores.
[5] Fonte: IBGE.
[6] Fonte: FGV.
[7] Fonte: Banco Central.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Vendas de energia: as vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais alcançaram 20.066 GWh em 2017, o que representou um aumento de 62,3%, devido ao aumento das vendas para clientes finais e em contratos bilaterais. Nos últimos anos, a CPFL Brasil vem concentrando esforços na venda de energia para clientes especiais, que adquirem energia de fontes alternativas.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita operacional:** Em 2017, a CPFL Brasil alcançou receita líquida de R$ 3.410 milhões, um aumento de 63,8% (R$ 1.328 milhões). **Geração operacional de caixa (EBITDA):** o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2017	2016
Lucro Líquido	**94.455**	**104.235**
Depreciação e Amortização	3.052	3.779
Resultado Financeiro	33.110	(897)
Contribuição Social	11.643	14.073
Imposto de Renda	32.339	38.766
EBITDA	**174.600**	**159.957**

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R$ 175 milhões, aumento de 9,2% (R$ 15 milhões), devido principalmente ao aumento de 63,8% (R$ 1.328 milhões) na receita líquida, compensado pelo aumento de 70,3% (R$ 1.319 milhões) no custo com energia elétrica. **Lucro Líquido:** Em 2017, a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R$ 94 milhões, redução de 9,4% (R$ 10 milhões), refletindo o aumento nas despesas financeiras líquidas de R$ 34 milhões. Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução de 19,2% nos gastos com depreciação e amortização (R$ 1 milhão), pelo resultado da equivalência patrimonial (RGE Sul) de R$ 8 milhões e pela redução das despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social (R$ 9 milhões). **Endividamento:** no final de 2017, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R$ 847 milhões, um aumento de 88,7%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2017, foram investidos R$ 2,9 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir. **Plataforma de sustentabilidade:** ferramenta de gestão, com indicadores e metas relacionadas a temas relevantes para a sustentabilidade no Grupo CPFL, definidos com base em seu posicionamento e sua estratégia, bem como na perspectiva dos principais públicos de relacionamento. A partir de 2018, incorporamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Comitê de sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a Plataforma, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa. **Mudança do Clima:** mantemos foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, atuando junto a iniciativas nacionais e internacionais. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** A reestruturação do SGDE foi implantada em 31/08/16 e contou com o acompanhamento permanente, em todas as suas etapas, do Conselho de Administração, através do Comitê de Processos de Gestão, Riscos e Sustentabilidade e do Conselho Fiscal, inclusive quanto aos fluxos dos registros éticos recebidos. Atualmente, o SGDE é composto por 7 elementos, considerados chaves para a atuação da holding e de suas empresas controladas na cultura da gestão da ética, que são: (i) Código de Conduta Ética; (ii) Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET); (iii) Regimento Interno do COMET; (iv) Canal Externo de Ética; (v) CPD (Comissão de Processamento de Denúncias); (vi) Plano de Divulgação; e (vii) Capacitação. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas no SGDE, tais como: O Selo Pró-Ética 2017. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 23 empresas dentre 375 inscritas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, a implantação do SGDE na RGE Sul, Workshop sobre o SGDE, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo, Canais Executivos (comunicados internos) específicos oriundo das reuniões do COMET, Semana da Integridade que entre outras ações contou com a palestra do professor da Unicamp Leandro Karnal com o tema "Corrupção as ações que cada um tem em seu dia a dia". O Comitê realizou 8 reuniões em 2017 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, consultas e denúncias recebidas no período. **Relacionamento com a comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Brasil atua, destacam-se: **(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (1% I.R.) -** Em 2017, a CPFL Brasil destinou R$ 120.000,00 para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de duas cidades da área de concessão. O repasse irá apoiar os Conselhos no desenvolvimento de um programa para capacitação e desenvolvimento institucional; **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI (1% I.R.) -** Em 2017, a CPFL Brasil destinou R$ 120.000,00 ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de um município para apoiar projeto de desenvolvimento tecnológico e programas da ala de idosos do Hospital do Câncer de Barretos/SP; **(iii) Apoio ao Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R) -** Em 2017, a CPFL Brasil destinou R$ 120.000,00 para apoiar projetos de ampliação tecnológica em Hospital de Atendimento a Pessoas com Câncer em uma cidade da área de interesse.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, a KPMG prestou serviços de asseguração de *covenants* e serviços de *compliance* tributário. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2017. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	238.234	193.415	240.648	195.322
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	622.570	199.054	625.703	199.411
Dividendo e juros sobre o capital próprio	10	98	128	–	–
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.772	341	2.855	442
Outros tributos a compensar	7	2.966	3.175	3.027	3.366
Outros créditos	9	68.349	63.208	69.683	63.240
Total do circulante		**934.989**	**459.322**	**941.915**	**461.782**
Não circulante					
Coligadas, controladas e controladora	24	1.203	35.659	–	35.659
Depósitos judiciais	18	698	632	698	632
Outros tributos a compensar	7	2.009	2.026	2.009	2.026
Derivativos	26	10.208	–	10.208	–
Créditos fiscais diferidos	8	1.216	7.997	1.221	7.998
Outros créditos	9	32	–	32	2.386
Investimentos	10	407.785	404.333	402.938	400.000
Imobilizado	11	3.667	4.031	3.667	4.031
Intangível	12	10.908	11.624	11.719	11.783
Total do não circulante		**437.727**	**466.302**	**432.493**	**464.515**
Total do ativo		**1.372.717**	**925.624**	**1.374.408**	**926.296**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Circulante					
Fornecedores	13	363.860	200.144	365.404	200.196
Empréstimos e financiamentos	14	47.836	503	47.836	503
Debêntures	15	3.328	8.926	3.328	8.926
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	–	5.049	73	5.049
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	9.531	8.796	9.567	8.802
Coligadas, controladas e controladora	24.2	–	49.676	–	49.676
Dividendo e juros sobre capital próprio	24.2	23.109	87.671	23.109	87.671
Obrigações estimadas com pessoal		1.994	2.218	1.994	2.230
Derivativos	26	1.537	–	1.537	–
Outras contas a pagar	17	14.035	10.241	14.072	10.844
Total do circulante		**465.229**	**373.224**	**466.920**	**373.897**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	409.494	43.682	409.494	43.682
Debêntures	15	395.221	392.490	395.221	392.490
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	4.748	3.208	4.748	3.208
Derivativos	26	–	3.403	–	3.403
Outras contas a pagar	17	1.931	562	1.931	562
Total do não circulante		**811.395**	**443.346**	**811.395**	**443.346**
Patrimônio líquido	**19**				
Capital social		3.000	2.999	3.000	2.999
Reserva de capital		(4.911)	–	(4.911)	–
Reserva de lucros		27.030	27.031	27.030	27.031
Dividendo		70.841	79.025	70.841	79.025
Resultado abrangente acumulado		133	–	133	–
Total do patrimônio líquido		**96.093**	**109.054**	**96.093**	**109.054**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.372.717**	**925.624**	**1.374.408**	**926.296**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita operacional líquida	**20**	**3.396.345**	**2.082.488**	**3.409.871**	**2.081.761**
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	21	(3.184.061)	(1.876.925)	(3.196.028)	(1.876.951)
Custo de operação	22	(11.376)	(14.351)	(11.392)	(14.383)
Lucro operacional bruto		**200.908**	**191.212**	**202.451**	**190.427**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	(3.599)	(11.310)	(3.600)	(11.310)
Despesas gerais e administrativas	22	(33.880)	(22.356)	(34.714)	(22.915)
Outras despesas operacionais	22	(303)	(25)	(303)	(25)
Resultado do serviço		**163.126**	**157.521**	**163.833**	**156.177**
Resultado de participações societárias	**10**	**8.327**	**(741)**	**7.715**	**–**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	25.428	34.287	25.659	34.908
Despesas financeiras	23	(58.714)	(34.010)	(58.769)	(34.012)
		(33.286)	**277**	**(33.110)**	**897**
Lucro antes dos tributos		**138.167**	**157.056**	**138.437**	**157.074**
Contribuição social	8	(11.565)	(14.068)	(11.643)	(14.073)
Imposto de renda	8	(32.147)	(38.753)	(32.339)	(38.766)
		(43.712)	**(52.821)**	**(43.982)**	**(52.839)**
Lucro líquido do exercício		**94.455**	**104.235**	**94.455**	**104.235**
Lucro líquido básico e diluído		31,50	34,76	31,50	34,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício	**94.455**	**104.235**	**94.455**	**104.235**
Resultado abrangente do exercício	**94.455**	**104.235**	**94.455**	**104.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva de retenção para investimento	Reserva de Lucros: Reserva de lucros a realizar	Reserva de Lucros: Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**2.999**	**–**	**599**	**26.431**	**7.880**	**13.870**	**–**	**–**	**51.779**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	104.235	104.235
Mutações internas do patrimônio líquido									
Reversão de reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	(7.880)	–	–	7.880	–
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo						(13.870)			(13.870)
Dividendo Intermediário	–	–	–	–	–	–	–	(30.975)	(30.975)
Juros sobre capital próprio intermediário								(1.942)	(1.942)
Dividendo proposto	–	–	–	–	–	78.037	–	(78.037)	–
Juros sobre capital próprio proposto						988		(1.162)	(174)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**2.999**	**–**	**599**	**26.431**	**–**	**79.025**	**–**	**–**	**109.054**
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	94.455	94.455
Outros resultados abrangentes - perdas atuariais	–	–	–	–	–	–	133	–	133
Mutações internas do patrimônio líquido									
Constituição de reserva legal	–	–	1	–	–	–	–	(1)	–
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo minimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(20.748)	(20.748)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(2.777)	(2.777)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	70.343	–	(70.343)	–
Juros Sobre capital próprio adicional proposto						498		(586)	(88)
Aprovação da proposta de dividendos	–	–	–	–	–	(78.037)	–	–	(78.037)
Aprovação da proposta de JCP	–	–	–	–	–	(988)	–	–	(988)
Perda em participação sem alteração no controle	–	(4.911)	–	–	–	–	–	–	(4.911)
Aumento de capital com capitação de reserva de lucros	1	–	–	(1)	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**3.000**	**(4.911)**	**600**	**26.430**	**–**	**70.841**	**133**	**–**	**96.093**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
1 - Receita	**3.836.468**	**2.356.258**	**3.852.209**	**2.355.457**
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.835.104	2.360.095	3.850.175	2.359.295
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	2.256	3.428	2.927	3.428
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(892)	(7.265)	(893)	(7.265)
2 - (–) Insumos adquiridos de terceiros	**(3.523.244)**	**(2.081.290)**	**(3.537.910)**	**(2.081.863)**
2.1 Custo com energia elétrica	(3.508.608)	(2.068.237)	(3.521.794)	(2.068.266)
2.2 Material	(1.099)	(908)	(1.099)	(908)
2.3 Serviços de terceiros	(9.508)	(9.069)	(10.968)	(9.606)
2.4 Outros	(4.029)	(3.077)	(4.049)	(3.084)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	**313.224**	**274.968**	**314.299**	**273.595**
4 - Retenções	**(3.033)**	**(3.773)**	**(3.052)**	**(3.779)**
4.1 Depreciação e amortização	(3.033)	(3.773)	(3.052)	(3.779)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	**310.192**	**271.195**	**311.247**	**269.815**
6 - Valor adicionado recebido em transferência	**34.932**	**35.138**	**34.567**	**36.532**
6.1 Receitas financeiras	26.605	35.880	26.852	36.532
6.2 Equivalência patrimonial	8.327	(741)	7.715	–
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	**345.124**	**306.333**	**345.814**	**306.347**
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	**27.450**	**23.252**	**27.461**	**23.281**
8.1.1 Remuneração direta	17.203	15.882	17.209	15.903
8.1.2 Benefícios	8.984	6.345	8.987	6.352
8.1.3 F.G.T.S	1.263	1.025	1.264	1.026
8.2 Impostos, taxas e contribuições	**165.389**	**145.981**	**166.034**	**145.956**
8.2.1 Federais	74.072	81.355	74.551	81.329
8.2.2 Estaduais	91.308	64.623	91.475	64.623
8.2.3 Municipais	9	4	9	4
8.3 Remuneração de capital de terceiros	**57.830**	**32.865**	**57.864**	**32.875**
8.3.1 Juros	57.155	32.126	57.179	32.127
8.3.2 Aluguéis	676	739	685	748
8.4 Remuneração de capital próprio	**94.455**	**104.235**	**94.455**	**104.235**
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	3.363	3.103	3.363	3.103
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	91.091	101.132	91.091	101.132
	345.124	**306.333**	**345.814**	**306.347**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Lucro antes dos tributos	**138.167**	**157.056**	**138.437**	**157.074**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	3.033	3.773	3.052	3.779
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.537	2.944	1.538	2.944
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	892	7.265	893	7.265
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	54.725	20.523	54.650	20.496
Equivalência patrimonial	(8.327)	741	(7.715)	–
Perda (ganho) na baixa de não circulante	303	25	303	25
	190.330	**192.327**	**191.158**	**191.583**
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(424.407)	36.497	(427.185)	36.159
Tributos a compensar	3.579	4.705	3.726	4.907
Depósitos judiciais	(27)	66	(27)	66
Outros ativos operacionais	(5.174)	(62.412)	(5.138)	(64.799)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	163.716	(136.225)	165.208	(136.304)
Outros tributos e contribuições sociais	209	5.079	217	5.083
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(325)	(502)	(325)	(502)
Outros passivos operacionais	4.938	4.109	4.364	4.722
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	**(67.033)**	**43.644**	**(68.002)**	**40.916**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.388)	(59.040)	(44.590)	(59.119)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(51.679)	(3.740)	(51.679)	(3.740)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(163.100)**	**(19.136)**	**(164.271)**	**(21.943)**
Atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado	(1.079)	(1.375)	(1.079)	(1.375)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	–	–	1.230	–
Adições de intangível	(1.177)	(2.338)	(1.848)	(2.338)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(400.285)	–	(400.000)
Operações de mútuo com coligadas	31.415	45.000	32.533	45.000
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**29.159**	**(358.998)**	**30.836**	**(358.713)**
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e debêntures	400.000	389.077	400.000	389.077
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	–	(229.860)	–	(229.860)
Liquidação de operações com derivativos	(4.516)	(5.083)	(4.516)	(5.083)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(166.695)	(1.601)	(166.695)	(1.601)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(50.029)	42.431	(50.028)	42.431
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**178.760**	**194.964**	**178.761**	**194.964**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**44.819**	**(183.170)**	**45.326**	**(185.692)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**193.415**	**376.585**	**195.322**	**381.014**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**238.234**	**193.415**	**240.648**	**195.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - CEP: 13088-140, na cidade de Campinas, estado de São Paulo. A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Controladora"). A Companhia possui as seguintes participações nas seguintes empresas: **1.1 Controladas Operacionais: CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda.:** Controlada integral da Companhia, a Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional"), localizada na Rua Mario de Boni, 1902 - Bairro Floresta - Caxias do Sul - RS - CEP: 95012-580, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. **CPFL Comercialização Cone Sul S.A.:** Controlada integral da Companhia, a CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul"), localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - Campinas - SP, CEP: 13088-140, é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. **Sul Geradora Participações S.A.:** Com participação de 99,95% da Companhia, a Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora"), localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - Campinas - SP, CEP: 13088-140, é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. **CPFL Brasil Varejista S.A.:** Controlada integral da Companhia, a CPFL Brasil Varejista S.A. ("CPFL Brasil Varejista"), foi constituída em 2 de dezembro de 2014 estando localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - Campinas - SP, CEP: 13088-140, sendo uma sociedade por ações de capital fechado com o propósito de comercializar energia bem como assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. **1.2 Coligadas: RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.:** Com participação de 23,49% da Companhia, a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE SUL"), localizada na Avenida São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo - RS, sendo uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" - *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 12 de março de 2018. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mens

continuação

CPFL Comercialização Brasil S.A. - CNPJ nº 04.973.790/0001-42

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 26. - Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.3 Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 3% a 14%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. **3.4 Intangível:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões e software. O ágio (*"goodwill"*) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação. Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou. Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de "resultado de participações societárias" em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como "amortização de intangível de concessão" em outras despesas operacionais. **3.5 Redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** - Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue: (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado. (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável, é reconhecido em outros resultados abrangentes. - Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento pelo desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração. Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.8 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, onde a Companhia atua como revendedora e os contratos são acordados e mantidos para entrega física de energia. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.10 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **3.11 Base de consolidação:** (i) Controladas: As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. **3.12 Novas normas e interpretações vigentes:** Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017: **a. Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas:** Emitidas em 19 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 12/CPC 32 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática. A aplicação das alterações ao IAS 12/CPC 32 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **b. Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo levar as entidades a fornecerem divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. A aplicação das alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) implicou em alterações na divulgação de movimentação de ativos e passivos financeiros cujos fluxos de caixa são classificados como atividade de financiamento. As mudanças destas alterações do IAS 7 geraram divulgação adicional, refletidas nas notas 15 - Empréstimos e financiamentos, 16 - Debêntures e 26 - Instrumentos Financeiros. **c. Melhorias Anuais às IFRS/Ciclo 2014 - 2016:** Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 8 de dezembro de 2016 foram publicadas as medidas referentes ao Ciclo 2014-2016, das quais a seguinte entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017: Alterações ao IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5. Considerando que a Companhia não possui participação em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas, não houve efeitos destas alterações sobre as divulgações e montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **3.13 Novas normas e interpretações vigentes mas não adotadas:** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia não adotou as normas novas ou revisadas a seguir: **a) IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros:** O IFRS 9/CPC 48 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito. No que tange às modificações relacionadas a contabilização de *hedge*, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismos de contabilização de *hedge* previstos na IAS 39, mas traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade. Adicionalmente, como a Companhia e suas controladas não aplicam a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas em função das alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia estima que não haverá impacto significativo no resultado de 2018, porém continuará analisando esses efeitos no decorrer do exercício de 2018. O efeito, se houver, será uma redução da rubrica de "consumidores, concessionárias e permissionárias. Considerando que a Companhia e suas controladas detém determinados passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado, a Administração da Companhia afirma que terá impactos nas suas demonstrações financeiras consolidadas pois as mudanças do risco de crédito, atualmente registradas diretamente no resultado do exercício, passarão a ser reconhecidas em outros resultados abrangentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as mudanças no risco de crédito registradas no resultado foram um ganho de R$ 9.232. **b) IFRS 15/CPC 47 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes:** O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo simples para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Pelos novos requerimentos do IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. O IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que começarem e concluirem no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia analisou as cinco etapas de reconhecimento para os diversos tipos de receita da Companhia e não identificou nenhum impacto relevante da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras consolidadas. Desta forma, após as devidas análises a conclusão é de que o reconhecimento de receita atual está de acordo com a norma do CPC 47/IFRS 15. **c) IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira:** Emitida em 8 de dezembro de 2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. As transações em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo, e à aquisição de energia de Itaipu. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos nas operações com Itaipu, a administração da Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas. **d) Melhorias Anuais às IFRS/Ciclo 2014 - 2016:** Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 8 de dezembro de 2016 foram publicadas medidas referentes ao ciclo 2014-2016, com início a partir de 1º de janeiro de 2018: Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS. Como a Companhia não possui controladas que sejam organização de capital de risco e não é adotante inicial ao IFRS, a Administração da Companhia afirma que a aplicação dessas alterações não terá um efeito sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base em avaliação preliminar, a Administração da Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração. **- Imobilizado e intangível:** O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **- Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos bancários	368	149	472	302
Aplicações financeiras	237.866	193.265	240.175	195.020
Aplicação de curtissímo prazo (a)	1.051	1.278	1.051	1.278
Certificado de depósito bancário (b)	–	8.838	–	8.838
Fundos de investimento (c)	236.815	183.149	239.124	184.903
Total	**238.234**	**193.415**	**240.648**	**195.322**

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,87% do CDI. c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos > 90 dias	Total 31/12/2017	Total 31/12/2016	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos > 90 dias	Total 31/12/2017	Total 31/12/2016
Circulante										
Faturado	**167.302**	**9.976**	**3.051**	**180.331**	**143.179**	**167.302**	**9.976**	**3.051**	**180.331**	**144.377**
Não faturado	–	–	–	–	–	819	–	–	819	–
Operações realizadas na CCEE	56.062	218.793	1.032	275.887	1.607	58.492	218.793	1.036	278.321	1.607
Concessionárias e permissionárias	169.837	386	7.741	177.964	64.987	169.722	386	7.744	177.852	64.153
	393.201	**229.155**	**11.824**	**634.182**	**209.773**	**396.335**	**229.155**	**11.831**	**637.323**	**210.137**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(11.611)	(10.719)				(11.619)	(10.726)
Total				**622.570**	**199.054**				**625.703**	**199.411**

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim. **Concessionárias e permissionárias -** Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2015	**(6.262)**
Provisão revertida (constituída)	(7.265)
Baixa de contas a receber provisionadas	2.801
Saldo em 31/12/2016	**(10.726)**
Provisão revertida (constituída) líquida	(893)
Saldo em 31/12/2017	**(11.619)**

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	330	–	330	27
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	1.958	–	1.958	15
Imposto de renda e contribuição social a compensar	484	341	568	401
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**2.772**	**341**	**2.855**	**442**
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.131	1.863	1.192	1.978
Programa de integração social - PIS	326	233	326	247
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.507	1.078	1.507	1.141
Outros	2	–	2	–
Outros tributos a compensar	**2.966**	**3.175**	**3.027**	**3.365**
Total Circulante	**5.738**	**3.516**	**5.882**	**3.808**
Não circulante				
ICMS a compensar	2.009	2.026	2.009	2.026
Total Não circulante	**2.009**	**2.026**	**2.009**	**2.026**

8. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 Composição dos créditos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Crédito de contribuição social				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	305	2.100	307	2.100
Subtotal	**305**	**2.100**	**307**	**2.100**
Crédito de imposto de renda				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	911	5.897	915	5.897
Subtotal	**911**	**5.897**	**915**	**5.897**
Total	**1.216**	**7.997**	**1.221**	**7.998**

8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	571	1.586	430	1.195
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.045	2.903	965	2.680
Provisão relacionada a pessoal	303	843	218	607
Derivativos	(1.411)	(3.919)	307	852
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(472)	(1.311)	(29)	(80)
Outros	270	812	209	644
Total	**307**	**915**	**2.100**	**5.897**

8.3 Expectativa de recuperação: A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal ambos da controladora CPFL Energia. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	Consolidado
2018	3.097
2019	878
2020	874
2021	874
2022	874
2023 a 2025	1.737
Total	**8.334**

8.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora			
	2017		2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**138.167**	**138.167**	**157.056**	**157.056**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(8.327)	(8.327)	741	741
Juros sobre o capital próprio	(3.363)	(3.363)	(3.103)	(3.103)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.027	2.110	1.619	317
Base de cálculo	**128.504**	**128.587**	**156.313**	**155.011**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	**(11.565)**	**(32.147)**	**(14.068)**	**(38.753)**
Corrente	(9.770)	(27.161)	(15.112)	(41.653)
Diferido	(1.795)	(4.986)	1.044	2.900

	Consolidado			
	2017		2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	**138.437**	**138.437**	**157.074**	**157.074**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(7.715)	(7.715)	–	–
Juros sobre o capital próprio	(3.363)	(3.363)	(3.103)	(3.103)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.031	2.019	1.619	305
Base de cálculo	**129.390**	**129.378**	**155.590**	**154.276**
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	**(11.645)**	**(32.345)**	**(14.003)**	**(38.569)**
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	2	5	(70)	(197)
Total	**(11.643)**	**(32.339)**	**(14.073)**	**(38.766)**
Corrente	(9.850)	(27.357)	(15.112)	(41.653)
Diferido	(1.794)	(4.982)	1.039	2.887
	(11.643)	**(32.339)**	**(14.073)**	**(38.766)**

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R$ 6.776 referem-se a diferenças temporárias. **8.5 Créditos fiscais não reconhecidos:** Trata-se do efeito do Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa de controladas que não foram reconhecidos contabilmente tendo em vista as incertezas em sua realização. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as controladas da Companhia possuíam créditos de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos no montante de R$ 7 (R$ 267 em 31 de dezembro de 2016). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora			Consolidado			
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos - Fundação CESP	83	58	24	83	58	24	–
Cauções, fundos e depósitos vinculados	–	–	–	1.328	27	–	2.386
Despesas antecipadas	259	191	9	261	191	9	–
Adiantamentos a funcionários	152	154	–	152	155	–	–
Indenizações	66.740	59.975	–	66.740	59.975	–	–
Outros	1.114	2.831	–	1.118	2.834	–	–
Total	**68.349**	**63.208**	**32**	**69.683**	**63.240**	**32**	**2.386**

Indenizações - Refere-se aos montantes a receber relativo a indenizações contratuais com a CPFL Renováveis pela não entrega de compra de energia elétrica no ano de 2016.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	381.953	3.987	377.167	–
Mais valia de ativos, líquidos	25.771	–	25.771	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	400.285	–	400.000
Ágio de rentabilidade futura	61	61	–	–
Total	**407.785**	**404.333**	**402.938**	**400.000**

10.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial: As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

			31/12/2017				31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
CPFL Meridional (*)	600.000	100,00	240	600	221	(107)	221	328	(107)	(66)
CPFL Cone Sul	573.016	100,00	219	573	200	(105)	200	285	(105)	(27)
CP

continuação

CPFL Comercialização Brasil S.A. - CNPJ nº 04.973.790/0001-42

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016	Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Instituições financeiras					
Scotiabank	45.161	44.501	US$ + 2,779% (1)	Parcela única em agosto de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	11.731	–	US$ + 2,6201% (1)	Parcela única em setembro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	253.626	–	US$ + 2,2997% (1)	Parcela única em setembro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Scotiabank	159.060	–	USD + 2,3073% a.a.	Parcela única em outubro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado	**(12.249)**	**(316)**			
Total moeda estrangeira - valor justo	**457.330**	**44.185**			
Total Consolidado	**457.330**	**44.185**			

(1) *Swap* convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a 99% a 109% do CDI. Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com os CPCs 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R$ 457.330 (R$ 44.185 em 31 de dezembro de 2016). As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R$ 12.249 (ganho de R$ 316 em 31 de dezembro de 2016), deduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R$ 7.005 (ganho de R$ 4 em 31 de dezembro de 2016), contratados para proteção da variação cambial (nota 26), geraram um ganho líquido de R$ 5.244 (ganho total de R$ 320 em 31 de dezembro de 2016). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2020	421.849
Subtotal	**421.849**
Marcação a mercado	(12.355)
Total	**409.494**

Adições no exercício

	Banco/ Modalidade	Total aprovado	R$ mil Liberado em 2017	R$ mil Liberado líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	Destinação dos recursos
Moeda estrangeira	Lei 4131 - Scotiabank	400.000	400.000	400.000	Semestral	Capital de Giro
Total			**400.000**	**400.000**		

Condições restritivas: A captação em moeda estrangeira realizada através da Lei 4.131 está sujeita a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, calculados semestralmente. Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, máximo de 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro mínimo de 2,25. A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

15. DEBÊNTURES

	Saldo em 31/12/2016	Atualização monetária e juros provisionados	Juros pagos	Saldo em 31/12/2017
Debêntures	408.926	47.618	(50.486)	406.059
Gastos com emissão	(7.510)	–	–	(7.510)
Total	**401.416**	**47.618**	**(50.486)**	**398.549**

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa Efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	Consolidado 31/12/2017 Encargos circulante e não circulante	Não circulante	Total	31/12/2016 Encargos circulante	Não circulante	Total
3ª Emissão Série única	40.000	114,5% do CDI	114,5% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Aval CPFL Energia	6.059	400.000	406.059	8.926	400.000	408.926
Gastos com emissão						(2.731)	(4.779)	(7.510)	–	(7.510)	(7.510)
					Total	**3.328**	**395.221**	**398.549**	**8.926**	**392.490**	**401.416**

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Consolidado
2019	197.269
2020	197.952
Total	**395.221**

Condições restritivas: As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Garantidora (CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os índices são os seguintes: i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos). As debêntures estavam sujeitas à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da controladora ou da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da controladora CPFL Energia. Em função da mudança do controle acionário da controladora CPFL Energia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores da controladora CPFL Energia e suas controladas diretas e indiretas, bem como empreendimentos controlados em conjunto, a não decretação dos vencimentos antecipados das referidas debêntures, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos. O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	–	3.378	66	3.378
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	–	1.671	7	1.671
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**–**	**5.049**	**73**	**5.049**
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	7.513	5.375	7.513	5.375
Programa de integração social - PIS	293	530	297	530
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.351	2.439	1.370	2.441
Outros	373	452	387	456
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	**9.531**	**8.796**	**9.567**	**8.802**
Total Circulante	**9.531**	**13.846**	**9.640**	**13.851**

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora Circulante 31/12/2017	Controladora Circulante 31/12/2016	Controladora Não circulante 31/12/2017	Controladora Não circulante 31/12/2016	Consolidado Circulante 31/12/2017	Consolidado Circulante 31/12/2016	Consolidado Não circulante 31/12/2017	Consolidado Não circulante 31/12/2016
Consumidores e concessionárias	699	199	–	–	699	798	–	–
Adiantamentos	6.325	4.999	12	21	6.363	4.999	12	21
Folha de pagamento	410	310	–	–	410	311	–	–
Participação nos lucros	4.214	2.512	783	159	4.214	2.514	783	159
Outros	2.385	2.221	1.136	383	2.385	2.222	1.136	383
Total	**14.035**	**10.241**	**1.931**	**562**	**14.072**	**10.844**	**1.931**	**562**

18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado 31/12/2017 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	31/12/2017 Depósitos judiciais	31/12/2016 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	31/12/2016 Depósitos judiciais
Trabalhistas	467	268	420	287
Cíveis	93	112	69	88
Fiscais				
Outras	4.188	318	2.719	255
	4.188	318	2.719	255
Outros	–	–	–	2
Total	**4.748**	**698**	**3.208**	**632**

As provisões de riscos trabalhistas representado basicamente por jornada de trabaho e vínculo empregatício e as de riscos cíveis representada basicamente por discussões com contratos celebrados entre as partes, foram constituídas pela Companhia com base em avaliação dos riscos de perdas em processos cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas	420	297	–	(282)	32	467
Cíveis	69	85	(23)	(43)	4	93
Fiscais	2.719	1.177	–	–	293	4.188
Total	**3.208**	**1.560**	**(23)**	**(325)**	**329**	**4.748**

Perdas possíveis: A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estavam assim representadas:

	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016	Principais Causas
Trabalhistas	–	3.236	Diferenças salariais, horas extras dentre outros
Cíveis	42.062	2.703	Discussões com contratos celebrados entre as partes
Fiscais	103.724	102.788	Discussões referentes dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL e questões referentes a INSS e FGTS
Regulatório	9.372	9.004	Cobrança do encargo de serviços do sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE n° 03
Total	**155.158**	**117.731**	

No tocante às contingências trabalhistas, o Grupo informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração do Grupo considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da justiça do Trabalho a partir da vigência da norma. A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 3.000.065 ações ordinárias, sem valor nominal. **19.1 Reserva de capital:** O saldo negativo de R$ 4.911, refere-se a perdas em investimentos na controlada CPFL Jaguariúna. **19.2 Reserva de lucro:** O saldo de R$ 27.030 compreende o saldo das reservas: i) reserva legal de R$ 600 e ii) reserva de retenção de lucros para investimento de R$ 26.430. **19.3 Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP"):** Na AGO de 03 de abril de 2017 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2016, através de (i) declaração de dividendo adicional no montante de R$ 78.037 e (ii) declaração de juros sobre o capital próprio adicional no montante de R$ 1.162. O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, para o exercício de 2017 foram declarados o montante de R$ 23.526 a título de dividendos mínimos obrigatórios, conforme abaixo: • Com base nos resultados do primeiro semestre de 2017, a Administração da Companhia obteve do Conselho de Administração da CPFL Energia a aprovação realizada em 07 de agosto de 2017, referente à distribuição de juros sobre capital próprio imputado ao dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 2.777 (R$ 2.361 líquido do IRRF), sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R$ 0,925767 (R$ 0,780962 líquido de IRRF). • O montante de R$ 20.748 na forma de dividendos, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R$ 6,918616. Em 2017 a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 2.638 (liquido de IRRF) e dividendos no montante de R$ 164.058. **19.4 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo: a) declaração de juros sobre capital próprio no montante de R$ 586 (R$ 498 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R$ 0,195420 (R$ 0,166107 líquido de IRRF), referente aos resultados do exercício de 2017; e b) declaração de dividendo adicional proposto no montante de R$ 70.343, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R$ 26,456037 conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido do exercício	**94.455**
Juros sobre o capital próprio intermediário	(2.777)
Dividendo obrigatório	(20.748)
Lucro Líquido base para destinação	**70.929**
Reversão da reserva de lucros	(4.911)
Absorção da reserva de capital	4.911
Base para destinação	**70.929**
Juros sobre o capital próprio proposto	(586)
Dividendo adicional proposto	(70.343)

19.5 Lucro por ação básico e diluído: O cálculo dos lucros básico e diluído por ação são idênticos uma vez que a Companhia não possui nenhum efeito dilutivo, sendo apurado para 31 de dezembro de 2017 o valor de R$ 31,50 por ação (R$ 34,76 por ação em 31 de dezembro de 2016), que foi baseado no lucro líquido atribuível à CPFL Brasil de R$ 94.455 (R$ 104.235 em 31 de dezembro de 2016) e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 de 2.998.924 ações (2.998.565 ações em 31 de dezembro de 2016). **Alteração na quantidade de ações -** A média ponderada das ações ordinárias para o exercício de 2017 apresentado, considera a alteração no estatuto social da Companhia que efetuou o aumento do capital social com emissão de 1.500 novas ações ordinárias a partir de 04 de outubro de 2017. Nos exercícios de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação ou com efeito dilutivo, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita de Operações com energia elétrica				
Venda de energia	3.834.600	2.302.468	3.849.671	2.301.667
Outras receitas e rendas	505	57.628	505	57.628
Total da receita operacional bruta	**3.835.104**	**2.360.095**	**3.850.175**	**2.359.294**
Deduções da receita operacional				
ICMS	(91.262)	(64.579)	(91.429)	(64.579)
PIS	(61.986)	(38.000)	(62.232)	(37.987)
COFINS	(285.511)	(175.029)	(286.644)	(174.968)
	(438.759)	**(277.608)**	**(440.306)**	**(277.534)**
Receita operacional líquida	**3.396.345**	**2.082.488**	**3.409.871**	**2.081.761**

A receita de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2017 foram vendidos 20.051 GWh (20.066 GWh no consolidado) e em 2016 12.375 GWh (12.366 GWh no consolidado). As outras receitas operacionais, compreendem as receitas oriundas da descontratação de energia por parte dos clientes no montante de R$ 505 (R$ 57.270 em 2016).

21. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora GWh 2017	Controladora GWh 2016 (*)	Controladora R$ mil 2017	Controladora R$ mil 2016	Consolidado GWh 2017	Consolidado GWh 2016 (*)	Consolidado R$ mil 2017	Consolidado R$ mil 2016
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	19	71	516	584	19	71	522	584
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	20.006	12.310	3.508.091	2.067.654	20.086	12.324	3.521.409	2.067.654
Crédito de PIS e COFINS	–	–	(324.546)	(191.312)	–	–	(325.778)	(191.312)
Subtotal	**20.025**	**12.381**	**3.184.061**	**1.876.926**	**20.105**	**12.395**	**3.196.153**	**1.876.926**
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de serviço do sistema - ESS			1	(1)			165	28
Encargos de energia de reserva - EER			–	–			(303)	–
Crédito de PIS e COFINS			–	–			13	(3)
Subtotal			**1**	**(1)**			**(125)**	**25**
Total			**3.184.061**	**1.876.925**			**3.196.028**	**1.876.951**

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Controladora	Custo de operação 2017	Custo de operação 2016	Despesas Operacionais: Vendas 2017	Vendas 2016	Gerais e administrativas 2017	Gerais e administrativas 2016	Outros 2017	Outros 2016	Total 2017	Total 2016
Pessoal	10.675	13.146	2.276	3.198	19.168	9.930	–	–	32.118	26.273
Material	104	104	6	11	64	113	–	–	174	228
Serviços de terceiros	423	788	105	329	7.689	5.559	–	–	8.216	6.675
Depreciação e amortização	121	79	311	501	2.601	3.193	–	–	3.033	3.773
Outros	53	234	901	7.272	4.359	3.561	303	25	5.616	11.092
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	893	7.265	–	–	–	–	892	7.265
Arrendamentos e aluguéis	–	(13)	–	–	651	729	–	–	651	716
Publicidade e propaganda	–	129	1	–	1.025	568	–	–	1.025	697
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	474	779	–	–	474	779
Doações, contribuições e subvenções	–	–	–	–	362	2	–	–	362	2
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	303	25	303	25
Outros	53	118	9	6	1.847	1.483	–	–	1.909	1.607
Total	**11.376**	**14.351**	**3.599**	**11.310**	**33.880**	**22.356**	**303**	**25**	**49.158**	**48.042**

Consolidado	Custo de operação 2017	Custo de operação 2016	Despesas Operacionais: Vendas 2017	Vendas 2016	Gerais e administrativas 2017	Gerais e administrativas 2016	Outros 2017	Outros 2016	Total 2017	Total 2016
Pessoal	10.688	13.178	2.276	3.198	19.168	9.930	–	–	32.132	26.306
Material	104	104	6	11	64	113	–	–	174	228
Serviços de terceiros	423	788	105	329	8.478	6.096	–	–	9.006	7.213
Depreciação e amortização	125	79	311	501	2.617	3.199	–	–	3.053	3.779
Outros	53	234	903	7.272	4.388	3.577	303	25	5.647	11.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	893	7.265	–	–	–	–	893	7.265
Arrendamentos e aluguéis	–	(13)	–	–	661	738	–	–	661	725
Publicidade e propaganda	–	129	1	–	1.025	568	–	–	1.026	697
Legais, judiciais e indenizações	–	–	–	–	474	780	–	–	474	780
Doações, contribuições e subvenções	–	–	–	–	367	2	–	–	367	2
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	–	–	–	–	–	–	303	25	303	25
Outros	53	118	9	6	1.862	1.489	–	–	1.924	1.613
Total	**11.392**	**14.383**	**3.600**	**11.310**	**34.714**	**22.915**	**303**	**25**	**50.009**	**48.633**

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	14.139	16.251	14.421	16.817
Acréscimos e multas moratórias	2.285	2.713	2.286	2.713
Atualização de créditos fiscais	131	967	149	1.052
Atualização de depósitos judiciais	40	54	40	54
Juros sobre contratos de mútuo	410	7.804	303	7.804
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.177)	(1.593)	(1.193)	(1.623)
Outros	9.600	8.091	9.655	8.091
Total	**25.428**	**34.287**	**25.659**	**34.908**
Despesas				
Encargos de dívidas	(51.721)	(13.743)	(51.721)	(13.743)
Atualizações monetárias e cambiais	(3.347)	(5.433)	(3.347)	(5.433)
Outros	(3.648)	(14.833)	(3.702)	(14.834)
Total	**(58.714)**	**(34.010)**	**(58.769)**	**(34.012)**
Resultado financeiro	**(33.286)**	**277**	**(33.110)**	**897**

A rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos de ganhos com instrumentos derivativos no montante de R$ 7.558 em 2017 (nota 26.2).

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2017, as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1. Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: **a) Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. **b) Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. **c) Adiantamentos** - Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. **d) Contrato de mútuo** - Refere-se principalmente a contratos realizados com acionista não controlador da controlada CPFL Renováveis, com vencimento definido para a data de distribuição de lucros da controlada indireta a seus acionistas e remuneração de 8% a.a. + IGP-M. Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora, CPFL Energia, possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R$ 3.682 (R$ 382 em 2016). Este valor é composto por R$ 3.215 (R$ 304 em 2016) referente a benefícios de curto prazo, R$ 129 (R$ 11 em 2016) de benefícios pós-emprego e provisão de despesa de R$ 338 (R$ 67 de reversão em 2016) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. **Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa são como segue:**

Empresas	Consolidado Ativo 31/12/2017	Passivo 31/12/2017	Receita 2017	Despesa 2017
Contratos de Mútuos				
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	–	–	303	–

As informações comparativas abaixo referem-se ao período em que os acionistas controladores indiretos eram aqueles anteriores à mudança de controle para a State Grid Corporation of China:

Empresas	Consolidado Ativo 31/12/2016	Passivo 31/12/2016	Receita 2016	Despesa 2016
Saldo Bancário e Aplicação Financeira				
Banco do Brasil S.A.	73	–	–	–
Empréstimos e Financiamentos(*), Debêntures(*) e Derivativos(*)				
Banco do Brasil S.A.	–	–	800	–
Outras Operações Financeiras				
Banco do Brasil S.A.	–	30	9	–
Contrato de Mútuo				
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	35.659		7.804	
Venda de Energia				
Alpargatas S.A.	–	–	2.954	–
BRF Brasil Foods	–	–	20.190	–
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	–	–	3.825	–
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	–	–	484	–
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	–	–	176	–
Embraer	–	–	6.938	–
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	–	–	7.977	–
NC Energia S.A.	451	–	7.078	–
Santista Jeanswear S.A.	–	–	13.600	–
Santista Work Solution S.A.	–	–	2.224	–
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	–	–	25.264	–
Compra de Energia				
Aliança Geração de Energia S.A.	–	–	–	361
Tupy	–	–	–	27.127
NC Energia S.A.	–	–	–	6
Norte Energia	–	–	–	1.512
Foz do Chapecó Energia S.A.	–	–	515	–
Material e Prestação de Serviço				
Totvs	–	–	–	2

(*) incluem os ajustes de marcação a mercado.

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:

Empresas	Consolidado Ativo 31/12/2017	Ativo 31/12/2016	Passivo 31/12/2017	Passivo 31/12/2016	Receita 2017	Receita 2016	Despesa 2017	Despesa 2016
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	–	–	–	–	–	–	2.347	2.489
Companhia Piratininga de Força e Luz	–	–	–	1	–	–	1.059	960
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	–	–	–	–	–	–	(14)	(7)
Companhia Leste Paulista de Energia (*)	–	–	–	–	–	–	(4)	(2)
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	–	–	–	–	–	–	(5)	(3)
Companhia Jaguari de Energia	–	–	–	–	–	–	(3)	(1)
Companhia Luz e Força de Mococa (*)	–	–	–	–	–	–	(3)	(1)
Rio Grande Energia S.A.	–	–	–	–	–	–	(41)	(38)
CPFL Geração Energia S/A	–	–	–	–	–	–	390	387
CPFL Energia S.A.	–	–	–	–	–	–	(69)	(34)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	–	–	–	–	–	–	(27)	(13)
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	–	–	–	–	–	–	245	228
Rio Grande Energia S/A	–	–	–	–	–	–	26	26
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S/A	–	–	2.361	87.671	–	–	–	–
Contratos de Mútuos								
CPFL Energia S/A	–	–	–	49.676	–	–	448	9.256
Materiais, Prestação de Serviços e Outros								
Companhia Paulista de Força e Luz	29	13	223	209	–	–	–	–
Companhia Piratininga de Força e Luz	209	3	99	73	–	–	–	–
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	1	–	–	–	–	–	–	–
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	1	–	–	–	–	–	–	–
Rio Grande Energia S.A.	8	2	4	–	–	–	–	–
CPFL Geração Energia S/A	7	2	39	35	–	–	–	–
CPFL Energia	7	2	–	–	–	–	–	–
CPFL Renováveis	–	4	–	(104)	–	–	–	–
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	3	1	–	–	–	–	–	–
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	–	326	124	–	–	1.801	1.380
CPFL Eficiência Energética S.A.	–	19	–	–	–	–	–	–
TI NECT Serviços de Informática Ltda	–	–	65	118	–	–	852	1.014
Compra e Venda de Energia								
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	14	15	–	–	165	171	–	–
CPFL Geração Energia S/A	510	476	–	269	6.006	5.619	–	–
CPFL Bioenergia S/A	642	264	1.152	1.224	–	–	27.120	24.380
Paulista Lajeado Energia S/A	49	24	–	–	291	291	–	–
Campos Novos Energia S.A.	823	794	189	190	9.757	9.570	1.131	1.107
Companhia Energética Rio das Antas	–	–	8.038	7.557	–	–	83.359	78.579
CPFL Renováveis S.A.	521	304	–	(1.402)	3.094	2.539	15.116	4.346
CPFL Eficiência Energética S.A.	–	1	–	–	–	–	–	–
CPFL Bio Ipe S/A	–	–	692	644	–	–	17.223	16.068
CPFL Bio Buriti S/A	–	–	4.166	1.703	–	–	44.229	41.264
CHIMAY Empresa de Participações Ltda.	–	–	5.787	3.947	–	–	49.531	46.357
MOHINI Empresa de Participações Ltda.	–	–	(4.971)	(2.839)	–	–	43.240	41.055
JAYADITYA Empresa de Participações Ltda.	–	–	(3.597)	(2.433)	–	–	25.474	24.297
Bio Alvorada S.A.	–	–	(1.377)	(1.432)	–	–	29.918	–
SPE Turbina 14 Energia S.A.	–	–	(65)	(48)	–	–	381	346
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	–	–	(1.255)	(302)	–	–	7.831	7.180
CPFL Transmissão de Piracicaba S.A.	–	–	–	–	–	–	–	28.147
Créditos a receber de coligadas								
Campo dos Ventos I	–	6.604	–	–	–	6.211	–	–
Campo dos Ventos III	–	6.541	–	–	–	6.153	–	–
Campo dos Ventos V	–	6.609	–	–	–	6.216	–	–
Ventos de Santo Dimas S.A.	–	7.853	–	–	–	7.386	–	–
São Benedito Energias Renováveis S.A.	–	6.301	–	–	–	6.778	–	–
Santa Mônica Energias

continuação

CPFL Comercialização Brasil S.A. - CNPJ nº 04.973.790/0001-42

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para a qual possui instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 14). A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2017 e de 2016, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

	Ganho (Perda)	
Risco protegido/operação	**2017**	**2016**
Variação cambial	14.567	(13.857)
Marcação a mercado	(7.009)	2.383
	7.558	**(11.475)**

26.3 Análise de sensibilidade: Em consonância com a Instrução CVM n° 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI), conforme demonstrado: **26.3.1 Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2017 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

	Consolidado				
			Redução (aumento)		
Instrumentos	**Exposição (a)**	**Risco**	**Depreciação cambial (b)**	**Apreciação cambial de 25%(c)**	**Apreciação cambial de 50%(c)**
Instrumentos financeiros passivos	(457.330)		(20.668)	98.831	218.331
Derivativos - *swap plain vanilla*	467.535		21.130	(101.037)	(223.203)
	10.205	baixa dolar	**462**	**(2.206)**	**(4.872)**
Total	**10.205**		**462**	**(2.206)**	**(4.872)**

(a) A taxa de câmbio considerada em 31/12/2017 foi de R$ 3,31 para o dólar. (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de câmbio considerada R$ 3,46, e a depreciação cambial de 4,52%, referente ao dólar de 31 de dezembro de 2017. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. **26.3.2 Variação das taxas de juros:** Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2017 fosse mantido, e (ii) que o respectivo indexador acumulado nos últimos 12 meses para esta data-base (CDI 6,89% a.a), permaneça estável, o efeito que seria registrado na demonstração financeira para os próximos 12 meses, seria uma receita financeira líquida de R$ 42.953. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

	Consolidado				
			Redução (aumento)		
Instrumentos	**Exposição (a)**	**Risco**	**Cenário provável (a)**	**Elevação/ Redução de índice em 25% (b)**	**Elevação/ Redução de índice em 50% (b)**
Instrumentos financeiros ativos	241.504		(193)	3.918	8.030
Instrumentos financeiros passivos	(406.059)		325	(6.588)	(13.501)
Derivativos - *swap plain vanilla*	(458.864)		367	(7.445)	(15.257)
	(623.419)	alta CDI	**499**	**(10.115)**	**(20.728)**
Total	**(623.419)**		**499**	**(10.115)**	**(20.728)**

(a) O índice de CDI considerado de: 6,81% foi obtido através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável. **26.4 Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2017, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

		Consolidado					
31/12/2017	**Nota explicativa**	**Média ponderada das taxas de juros**	**Menos de 1 mês**	**1-3 meses**	**3 meses a 1 ano**	**1-3 anos**	**Total**
Fornecedores	13		365.295	225	–	–	365.520
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	7,09%	272	4.729	67.510	475.350	547.861
Derivativos	26		10	–	1.624	–	1.634
Debêntures - principal e encargos	15	7,78%	8.648	1.003	–	400.000	409.651
Outros	17		628	71	–	–	699
Consumidores e concessionárias			628	71	–	–	699
Total			**374.853**	**6.028**	**69.134**	**875.350**	**1.325.365**

27. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são principalmente para compra de energia e são como segue:

		Consolidado				
Obrigações contratuais em 31/12/2017	**Duração**	**Menos de 1 ano**	**1-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Arrendamentos e aluguéis	até 4 anos	81	162	20	–	263
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 20 anos	2.769.175	2.980.180	1.203.394	5.082.576	12.035.325
Total		**2.769.256**	**2.980.342**	**1.203.414**	**5.082.576**	**12.035.588**

28. GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia estão relacionados à comercialização de energia elétrica. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente. Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais e importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva da Companhia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, apresentando ações de mitigação. A Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio**: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vier a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. **Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional ("SIN") permitiram a geração de energia ao longo de 2017 sem riscos de abastecimento, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à entrada em operação de novas unidades geradoras hidrelétricas na região Norte e a disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga por razões energéticas. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistemas de software (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market, Stress Testing e Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2017	**31/12/2016**
Outras transações		
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	285	180
Aumento de capital em investidas com dividendo a pagar	–	500
Constituição de reserva com perdas com investimentos	4.911	–

30. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

Emissão de debêntures: Em janeiro de 2018 foram emitidas, debêntures simples não conversíveis em ações, com as seguintes condições e detalhes:

Emissão	**Quantidade emitida**	**Montante R$ (mil)**	**Vencimento**	**Pagamento de juros**	**Destinação dos recursos**
4ª Emissão - Série única	115.000	115.000	Jan/2019	Semestral	Reforço de Capital de Giro
		115.000			

Diretoria

DANIEL MARROCOS CAMPOSILVAN
Diretor Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Diretor Financeiro

WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS
Diretor Administrativo

ZHANGYAN FU
Diretor

QUAN GE
Diretor

Contabilidade

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis e Ativo Imobilizado - CT CRC 1SP251528/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da **CPFL Comercialização Brasil S.A.** Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Comercialização Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Comercialização Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial

Veja as notas explicativas 1 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia detém participação societária em uma empresa de energia de capital aberto avaliada pelo método de equivalência patrimonial, por se tratar de investimento com influência significativa. Essa investida registra estimativas contábeis críticas relevantes, que envolvem um alto nível de julgamento na sua avaliação, e que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante, como descrito a seguir: • Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada já que envolve especificidades atreladas ao processo, que leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. • Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos. Devido à relevância do investimento e resultados desta investida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, assim como a mensuração das estimativas contábeis desta investida envolverem julgamento significativo da Companhia e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas possam gerar nas demonstrações financeiras da investida e consequentemente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria para esse investimento, incluíram a nossa participação no planejamento dos procedimentos efetuados pelos auditores independentes da investida, a qual incluiu a discussão dos riscos de auditoria, e resultou no envio de instruções específicas a esses auditores. Realizamos reuniões e avaliações do trabalho realizado pelos outros auditores independentes sobre o reconhecimento de receita de energia distribuída mas não faturada e do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, e análise das evidências de auditoria obtidas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente com relação a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas, procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos acima referidos. Efetuamos testes de recálculo das participações na investida, assim como os reflexos nas contas contábeis de investimento e resultado de equivalência patrimonial. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida para companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo:** Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 13 de março de 2017. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

AVANÇO I

Confiança, que segue crescendo na indústria...

Cedoc/RAC

NO SEGMENTO industrial, as expectativas registradas em março foram as melhores desde 2013, de acordo com o levantamento feito pela FGV

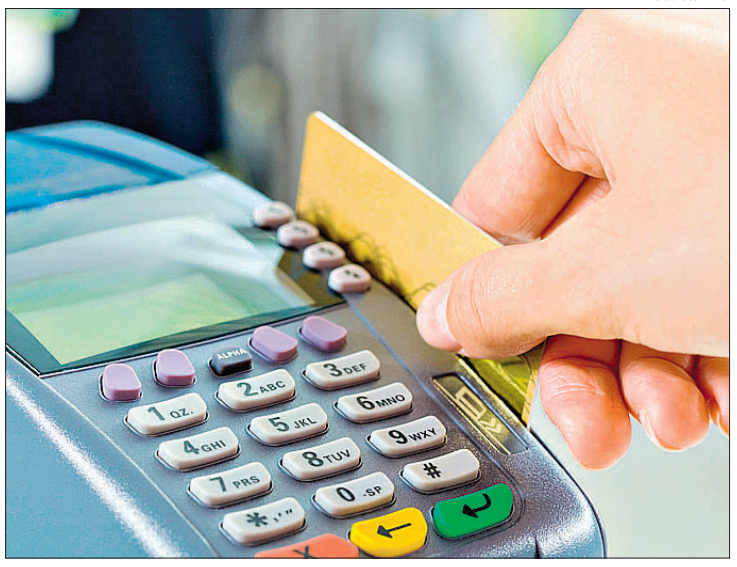
O Índice de Confiança da Indústria (ICI) da Fundação Getulio Vargas avançou 1,3 ponto em março e chegou a 101,7 pontos. É o maior patamar registrado desde agosto de 2013, quando o índice ficou em 110,5 pontos. No primeiro trimestre, a média do ICI chegou a 100,5 pontos, 2,9 pontos acima do registrado nos três meses anteriores. O aumento da confiança industrial alcançou nove dos 19 segmentos observados. Os dados foram divulgados ontem em São Paulo pelo Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre-FGV). Entre os componentes do ICI, o Índice de Expectativas (IE) subiu 1,4, passando para 102, 8 pontos - o maior nível desde junho de 2013. O Índice da Situação Atual (ISA) aumentou 1,2 ponto e atingiu 100,6 pontos, tendo como maior influência para o resultado a melhora no nível de demanda. O indicador subiu 3,9 pontos, totalizando 100,2 pontos. O estudo mostra ainda que o indicador de expectativas com a evolução do pessoal ocupado nos próximos três meses subiu 4,1 pontos, alcançando 103,5. Segundo os dados, houve crescimento, de 20,6% para 22,6%, no número de empresas que acreditam em possível aumento do quadro de funcionários e diminuição daquelas que esperam redução, de 12% para 9,5%.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) subiu 0,5% ponto percentual de fevereiro para março e chegou a 76,1%. Na média do primeiro trimestre, houve avanço de 0,9 ponto percentual em relação ao quarto trimestre do ano passado (75,5%). Segundo a coordenadora da Sondagem da Indústria do Ibre-FGV, Tabi Thuler Santos, após quase cinco anos com prevalência de respostas desfavoráveis e pessimistas, o setor industrial retorna a uma situação de normalidade em relação às avaliações sobre a situação atual e ao futuro. "Outro ponto de destaque é a continuidade do processo de recuperação da demanda do mercado interno e do Nuci, que perderam muito nos últimos anos e demoraram para dar sinais de recuperação", disse. (Agência Brasil)

AVANÇO II

...também não para de melhorar no comércio

Cedoc/RAC



E NO comércio, empresários melhoram de humor pela sétima vez seguida, embora ainda mostrem alguma cautela com relação ao curto prazo

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) avançou 1,3 ponto na passagem de fevereiro para março, registrando sua sétima alta consecutiva, alcançando 96,8 pontos, informou ontem no Rio a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, o indicador alcançou o maior patamar desde abril de 2014, quando estava em 97,8 pontos. "O primeiro trimestre de 2018 fechou com um forte avanço dos indicadores da situação atual em relação ao trimestre anterior, reforçando o quadro de recuperação das vendas que vinha se desenhando desde o ano passado. No mesmo período, houve também uma calibragem das expectativas, que se mantêm relativamente estáveis depois da forte alta registrada no final de 2017, sugerindo que há ainda alguma cautela por parte dos empresários, a despeito das melhoras já ocorridas", avaliou Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio no Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV) em nota. Houve melhora na confiança em sete dos 13 segmentos pesquisados. O Índice de Expectativas (IE-COM) avançou 1,8 ponto, para 100,2 pontos, voltando assim à zona de otimismo após dois meses de quedas (pela metodologia da pesquisa, números acima de 100 indicam otimismo). Já o Índice de Situação Atual (ISA-COM) cresceu 0,7 ponto no mês, para 93,5 pontos, melhor resultado desde junho de 2014. A coleta de dados para a edição de março da Sondagem do Comércio foi realizada entre os dias 1º e 23 do mês e obteve informações de 1.189 empresas de todos os portes.

O comércio vem registrando bons números também fora da seara das perspectivas dos empresários - os números das vendas estão apontado altas que, embora ainda modestas, começam a se tornar mais constantes na passagem de um mês para o outro. O setor, contudo, ainda se ressente dos efeitos da crise econômica, especialmente do desemprego, que ainda permanece em níveis altos e compromete a capacidade de consumo da população. (Das agências)